

PESQUISA E EXTENSÃO NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DA LICENCIATURA EM TURISMO

Camila Maria dos Santos Moraes¹
 Maria Amália Silva Alves de Oliveira²

Palavras-chave: Educação à distância; pesquisa; extensão; Turismo; projeto.

O ensino a distância surge, no Brasil, como um projeto de ampliação de acesso ao nível superior, porém a garantia do tripé “ensino, pesquisa e extensão” ainda é um desafio para essa modalidade. O ensino a distância é mediado pela plataforma do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e por intermédio de tutores, materiais didáticos, polos e de ligações através de números 0800.

Além de suscitar uma série de interessantes e relevantes debates acerca de formas de construção do conhecimento, pensar pesquisa e extensão em uma nova modalidade de ensino é rever as concepções filosóficas que permeiam o ensino como um todo. Através da contextualização do ensino a distância no Estado do Rio de Janeiro e do Curso de Licenciatura em Turismo, pretende-se refletir sobre o papel da pesquisa e extensão nesta modalidade, utilizando para tal a experiência em andamento dois projetos de pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidos.

Abstract: Distance learning arises in Brazil, as an access expansion project to higher levels, but the guarantee of the tripod - teaching, research and extension - is still a challenge this modality. The teaching in this mode takes the distance mediated through the virtual learning environment platform (AVA) and through tutors, teaching materials, poles and links by numbers 0800.

In addition to raising a number of interesting and relevant discussions on forms of knowledge construction, thinking research and extension in a new form of education and reviewing the philosophical concepts that permeate the same. Thus, through the context of distance learning mode in the state of Rio de Janeiro and the Bachelor of Tourism aims to reflect on the role of research and extension in that mode, by exercising the ongoing experiment in two projects of research and extension that are being developed under the said course.

Keywords: Distance education; research; extension; tourism; project

Introdução

No Brasil, a educação a distância é reconhecida legalmente como modalidade de ensino, pela primeira vez, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394 de 1996, no artigo 80 - que prevê que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

O Estado do Rio de Janeiro foi o pioneiro na implementação da metodologia de educação a distância. Castro (2014) afirma que na gestão do Sr. Anthony William Ma-

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV-RJ), Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPCIS / UERJ, Especialista em Sociologia Urbana pela UERJ e Formada em Turismo pela UNIRIO. Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio da UNIRIO. Coordenadora do Observatório do Turismo de Favela, do Projeto de Extensão Museu, Turismo e Ação - Mutação e Líder do Grupo de Estudos em Turismo e Sociedade. Foi Coordenadora da Licenciatura em Turismo da UNIRIO de 2010 a 2014. Pesquisa os temas turismo, cultura e meio ambiente na favela e turismo e educação.

2 Doutora em Ciências Humanas (Antropologia). Graduada em Turismo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS). Desenvolve pesquisas sobre os temas Turismo, Patrimônio, Memória e Cultura. Coordena o Observatório de Turismo da Unirio, projeto financiado pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa de Educação Tutorial (PET). Coordena e participa de projetos de pesquisa financiados pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro) e CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa), com projetos aprovados em andamento através do Edital Ciências Sociais Aplicadas e Apoio ao Cederj.

theus de Oliveira (1998 a 2002) foi instituído, em 1999, como projeto da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o projeto CEDERJ. Este projeto baseou-se em antiga proposta do Senador Darcy Ribeiro, cuja ideia básica era aproveitar a “reconhecida excelência” do ensino das Universidades Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro e formar um consórcio entre elas para levar ao interior do estado um ensino superior público de qualidade. O principal objetivo do consórcio é:

Contribuir para a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro por meio da oferta de cursos de graduação a distância, na modalidade semipresencial, garantindo a qualidade destes no que diz respeito ao processo de avaliação de aprendizagem (www.cederj.rj.gov.br).

Este consórcio, financiado pelo governo estadual, assume, então, a função de agência de fomento e de apoio à infraestrutura para a produção e distribuição de material didático, bem como à articulação das condições político-pedagógica dos polos regionais nos municípios. No processo de consolidação jurídica da instituição, o CEDERJ fundiu-se ao Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro, dando origem à Fundação CECIERJ, que se estrutura basicamente em dois conselhos superiores:

- 1) O Conselho Superior, formado pelos reitores das universidades consorciadas, presidente e vice presidente do CEDERJ;
- 2) O Conselho de Estratégias Acadêmicas, formado pelos vice-reitores, ou Pró-Reitores de Graduação das universidades, presidente e vice presidente do CEDERJ.

Esses conselhos definem as relações entre o consórcio e as universidades, as políticas de oferta de cursos e a criação de polos. Neste modelo, as universidades são as responsáveis pelos cursos e as instituições que diplomam os estudantes. Há cursos oferecidos por uma ou mais instituições, mas com seus projetos político-pedagógicos independentes. (CASTRO, 2014)

Os projetos de cada curso são elaborados e aprova-

dos nos colegiados das instituições de origem. Deste modo, o curso de Pedagogia, cujas universidades responsáveis são a UERJ e a UNIRIO, teve seus projetos aprovados pelos colegiados de Pedagogia da UERJ e da UNIRIO, respectivamente. De forma semelhante, todos os demais projetos têm de passar pelo mesmo processo. A maioria dos cursos de graduação são oferecidos por dois cursos de diferentes instituições: a Licenciatura em Turismo é compartilhada entre a UNIRIO e a UFRRJ; a Licenciatura em Matemática, entre a UFF e a UNIRIO, e assim por diante. Alguns cursos fogem a esse padrão geral, como o de História, da UNIRIO, e os de Pedagogia, da UERJ e da UNIRIO. Este último iniciou-se como curso partilhado e, num determinado momento, houve a divisão em dois cursos independentes. (CASTRO, 2014)

O consórcio responsabiliza-se pela realização do vestibular que dá acesso às vagas oferecidas. O aluno faz exame para determinado curso oferecido em determinado polo. Após a realização do exame e a aprovação do candidato, este torna-se aluno da universidade, e esta responsável por diplomar/certificar os alunos daquele polo. (CASTRO, 2014)

No grupo dos docentes, temos os coordenadores de disciplina - professores das universidades - e os tutores - professores contratados para mediar a relação entre coordenador de disciplina e discentes. Esta mediação se dá de duas formas: nas tutorias presenciais, localizadas nos polos regionais de apoio educacional e nas tutorias a distância, via telefone 0800 e plataforma.

Neste modelo temos dois locais fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem. O primeiro é o polo regional, um espaço físico selecionado ou construído, em geral pelas prefeituras e em acordo com as instituições de ensino para oferecer salas de aula, laboratórios, biblioteca e infraestrutura de secretaria. Este é o espaço de atuação dos tutores presenciais, local de encontro entre tutores presenciais, docentes e discentes, para atividades pedagógicas, organização de seminário, grupos de estudo e aplicação de provas.

O segundo espaço é a plataforma ou espaço virtual

de aprendizagem. A maior parte das plataformas educacionais do país é o sistema de código aberto Moodle, que, no dia a dia, chamamos de sala de aula virtual, onde o discente acompanha seu curso online, de qualquer computador conectado à internet, com os conteúdos, exercícios e atividades disponibilizados pelos professores, com fóruns de discussão - espaço para tirar dúvidas com o tutor a distância e o coordenador da disciplina, e trocar mensagens-entre outros recursos. Através da plataforma e dos polos regionais modificam-se e reelaboram-se as relações de distância, pois altera-se a relação espaço e tempo, na medida em que garantem o acesso ao ensino a estudantes residentes em localidades mais afastadas.

A inovadora experiência fluminense serviu de base para o modelo nacional de educação a distância, que surge em 2005, em parceria do Ministério da Educação com a ANDIFES e com empresas estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. “Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.” (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2014)

O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- Financiamento dos processos de implantação, exe-

cução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2014)

Os primeiros cursos executados no âmbito do Sistema UAB resultaram da publicação de editais. O primeiro edital, conhecido como UAB1, publicado em 20 de dezembro de 2005, permitiu a concretização do Sistema, por meio da seleção para “integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios.” O segundo, publicado em 18 de outubro de 2006, denominado UAB2, permitiu a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais. E, em 2007, o sistema UAB repassou recursos às instituições de ensino superior para a ampliação do acervo bibliográfico dos polos. Em 2008, o Sistema UAB fomentou a criação de cursos na área de Administração, de Gestão Pública, além de outras áreas técnicas.

Hoje, fazem parte do sistema 96 instituições, entre Universidades Federais, Estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs); 696 polos de apoio regional; e uma oferta total de 1235 cursos.

A questão do aprendizado na modalidade a distância

Quando se trata do modelo a distância, muitas discussões são pertinentes. Ao pensarmos as diferenças das relações estabelecidas entre o professor – sendo esse coordenador de disciplina, ou o tutor - e o aluno, percebemos que elas poderão ser bastante difusas. (LUNA e ANDRADE, 2013)

Estes diferentes espaços educacionais propostos pela educação a distância instigam o debate sobre a noção de “presença”, que Godoy (2009) discute analiticamente, comparando o ensino presencial (que a autora prefere denominar “convencional”) ao ensino a distância. Para Godoy, em ambas as modalidades há uma “presença”, no entanto, esta se expressará de formas distintas no ensino convencional e no ensino a distância.

Concordando com Godoy (2009), no que se refere à presença do professor ser manifestada de forma distinta no ensino presencial e no ensino à distância, percebemos que a noção que fundamenta essa discussão encerra-se no que é interpretado como educação. O que estaria em jogo é a proximidade, concebida como presença em ambas as modalidades. Ao se privilegiar a noção de proximidade do professor/coordenador como princípio fundamental da aprendizagem, retira-se do aluno o papel protagonista da construção de seu próprio conhecimento.

Ainda acerca das particularidades entre as duas modalidades de ensino, temos a reflexão trazida por Castro (2014). Para esse autor, o vínculo e a identidade do aluno da educação a distância exigem discussão maior, pois o que está em jogo é o afastamento da Universidade. Discorrendo especificamente sobre a realidade fluminense, o autor pontua, ainda, que, na estrutura apresentada, o consórcio CEDERJ muitas vezes se sobressai. Embora continuem a ser as responsáveis pela formação dos estudantes, o vínculo desse aluno com as universidades pode ser frágil, uma vez que as principais referências para os discentes estão no polo: lá ele realiza o exame vestibular, os encontros presenciais (poucos obrigatórios e a maioria opcional), recebe o material didático, que vem com a marca e a concepção do consórcio em destaque e tem o primeiro contato com a plataforma de apoio, que é concebida, desenvolvida e mantida pelo consórcio.

A concepção de não presença do professor/coordenador - orientada pela noção de que presença é estar próximo, conforme pontuou Godoy (2009) - e a noção de vínculo discente – concebida como afastamento da identidade universitária - geram o descompasso entre a EAD e o que define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB 9394/96) para o Ensino Superior em seu Art. 52: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. (BRASIL, 1996: 18)”

À Universidade compete a produção de um conhe-

cimento específico, resultante dos pilares “ensino, pesquisa e extensão” e, em termos filosóficos, sua missão é levar à comunidade o produto de suas atividades. Distintamente das demais IES, na universidade pública o cumprimento dessa missão deve ocorrer de forma indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, resultando, assim, na geração e na transmissão de conhecimentos. Por não compartilhar de interesses econômicos expressos na mercantilização do ensino, à universidade pública cabe a relevante missão de desenvolver visão crítica sobre a sociedade. Pensar o futuro com esta característica de geração de conhecimentos em todas as áreas permite que o estudante formado se deixe permear pelo fluxo de cultura, fazendo com que a universidade forme não apenas o profissional, mas o profissional-cidadão, capaz de exercer a sua profissão no contexto mais amplo do exercício da cidadania.

Tal concepção de universidade ainda é desafiadora, quando se pensa na modalidade de ensino à distância, pois, como pontuado, estamos arraigados a noções discrepantes de afastamento/ presença, vínculo/ identidade, que descon sideram o aspecto fundante da modalidade a distância: sua estrutura com fortes bases nas chamadas tecnologias de comunicação e informação (TIC). Nessa forma de estruturação do processo de educação, conceitos e valores estão sendo permanentemente reelaborados e revistos. O processo é o mesmo: o pilar “ensino/pesquisa/extensão” fundamenta a estrutura, a concepção de indissociabilidade entre os três permanece, as ferramentas e os instrumentos fornecem novos elementos para a produção de um conhecimento, cujo paradigma é o mesmo: a ciência.

A pesquisa e a extensão, às quais os alunos dos cursos presenciais têm acesso, ainda são raras para aqueles dos cursos a distância. A hipótese de que ausência da pesquisa e extensão contribui para a ideia da não presença do professor/coordenador, tornando deficitário o aprendizado e gerando do sentimento de não pertencimento do discente à universidade à qual está vinculado. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, buscando aproximar os alunos dos cursos de graduação a distância, elaborou o Programa Território de Trabalho, com o intuito de “promover a inclusão social e possibilitar o acesso e a partilha de co-

nhcimentos entre os sujeitos por meio de um intenso processo de comunicação e de novas práticas sociais em redes eletrônicas”. Neste programa, foram ofertadas bolsas para os estudantes desenvolverem estas atividades em projetos elaborados pelas coordenações de curso.

Contextualização da Licenciatura em Turismo a distância.

A modalidade de ensino a distância foi a resposta encontrada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e também pelo Governo Federal, desde 2000, para a necessidade de formação docente, inicial e continuada.

Soma-se a este contexto, o crescimento da atividade turística em todo o mundo e em âmbito nacional, provocando uma avaliação no processo de implantação da atividade nas localidades turísticas. No atual processo de globalização, o Turismo assume um novo papel no desenvolvimento econômico global e local, devido à modificação das expectativas da sociedade em função das mudanças estruturais no processo produtivo, que ocorrem com a revolução científico-tecnológica. O planejamento dos espaços turísticos busca, então, tornar o setor um fator decisivo para o desenvolvimento em todos os níveis: local, regional ou nacional. Entretanto, devemos tomar como estratégia a qualificação profissional. A qualidade dos serviços prestados está diretamente ligada à qualidade da formação de recursos humanos para o setor. (CATRAMBY, 2008)

No Brasil, o estudo de Turismo, em nível superior, iniciou-se em 1971 com a implementação do primeiro curso, na, então, Faculdade Morumbi, em São Paulo. Por ser uma área em expansão no Brasil e no mundo, surge um quantitativo expressivo de cursos técnicos e superiores para a formação da mão de obra específica. Pesquisadores e professores de Turismo começam, portanto, a se preocupar com o processo de formação profissional. Para Trigo (2000), os cursos de turismo são novos e “o mercado profissional brasileiro voltou a crescer também recentemente (meados da década de 90), a formação profissional é variada e complexa e há poucos profissionais capacitados para ensinar”.

Em 2007, Teresa Catramby, professora do curso de turismo da UFRRJ, identifica a necessidade da implantação do Curso de Licenciatura em Turismo, tendo em vista o disposto na Lei 9394/96 (LDB), no artigo 62, sobre a formação de docentes para atuar na educação básica:

(...) far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996: 20)

A LDB institui, ainda, a obrigatoriedade da formação de professores licenciados para atuação no ensino fundamental e médio, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fornecidas em Cursos Normais Superiores, em Pedagogia e nas Licenciaturas das áreas específicas do conhecimento.

Nasce, então, uma política oficial de incentivo à formação, em nível Superior, de profissionais para atuarem na Educação Básica, fundamentada na LDB, bem como no Plano Nacional de Educação (PNE) e em legislação complementar. Dentre essas leis, a Resolução CNE/CES nº 13 de 24 de novembro de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso em Turismo em seu artigo 12º: “Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada à formação de professores para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.” (CATRAMBY, 2008)

De acordo com Catramby e Daibert, a formação em Turismo se expande em cursos técnicos de forma equivalente à sua expansão nos cursos superiores. Em 2003, os pesquisadores levantaram 358 cursos técnicos em Turismo cadastrados no MEC, e, considerando que cada um demandaria no mínimo dois bacharéis em Turismo, chegaram a um número de 712 bacharéis necessários para suprir esta demanda.

Em 2008, para a apresentação da proposta de Licen-

ciatura em Turismo, Catramby, que coordenava a proposta, realizou uma pesquisa junto às Instituições Públicas que possuíam, à época, Curso Técnico em Turismo, na modalidade pós-médio e médio, no Estado do Rio de Janeiro. A professora e pesquisadora identificou que, em média, cada professor lecionaria quatro disciplinas; e, de acordo com quadro apresentado, aqueles formados em Turismo estariam sobrecarregados, ou, então, professores de outras áreas leccionariam disciplinas de Turismo.

Os resultados encontrados por Catramby correspondem, aos estudos realizados por Catramby e Daibert (2004), que já defendiam a existência de um curso de Licenciatura em Turismo. Para os pesquisadores, o ensino do Turismo, “em seus diferentes níveis, precisaria muito mais do que um mero profissional habilitado a lecionar, mas sim um educador com formação estruturada para tal fim (...)”. Corroborando com aquilo para o que Trigo já chamava a atenção nos anos 90, o ensino do Turismo precisava ser pensado didática e pedagogicamente.

Diante do quadro apresentado, Tereza Catramby reúne professores da UFRRJ, UNIRIO, UFF e UERJ para a elaboração de uma proposta de um curso de Licenciatura em Turismo a ser apresentado para a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de:

(...) formar profissionais aptos para lecionarem na Educação Básica, tanto na Educação Profissional quanto na Fundamental com temas transversais, com uma postura investigativa e pró-ativa, assim como para a pesquisa e desenvolvimento, com vistas ao entendimento do fenômeno turístico e seus desdobramentos na sociedade. (CATRAMBY, 2008)

O Curso de Licenciatura em Turismo, oferecido através do Consórcio CEDERJ, era estruturado de maneira multidisciplinar, com um campo de formação comum aos demais cursos de licenciatura e um campo de formação específico. Já a proposta foi estruturada a partir de três grandes núcleos: núcleo de conteúdos básicos, núcleo de conteúdos específicos, núcleo dos conteúdos pedagógicos. Estes núcleos se articulam de maneira multidisciplinar, favorecendo a construção de uma prática interdisciplinar, conforme o amadure-

cimento e consolidação do próprio currículo.

No processo de formação de professores, é fundamental a reflexão crítica sobre a educação brasileira, sobre os processos de troca de conhecimentos e formação, bases do fazer pedagógico. Tais conhecimentos favorecem a compreensão do fenômeno educacional como um todo, permitindo aos licenciandos questionar os processos coletivos (e deles participar) aos quais estarão sujeitos ao longo de sua vida profissional.

As práticas pedagógicas são outro elemento estrutural do curso de Licenciatura em Turismo para o estudante ter contato com a sala de aula e poder, paulatinamente, entrar em contato com essa prática, através de observação crítica de aulas de Turismo. (CATRAMBY, 2008)

Pesquisa e extensão na Licenciatura em Turismo a distância da UNIRIO

O curso de Licenciatura em Turismo da UNIRIO propôs, para o Programa Território e Trabalho, o Projeto “Visite seu Bairro”, que se insere na perspectiva do lazer urbano, estando assentado na realização de visitas guiadas por locais de interesse histórico e memorial da região Norte Fluminense e dos bairros da Zona Oeste. A pesquisa no âmbito do Projeto “Visite seu Bairro” está centrada na recuperação da história da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, através de pesquisas a fontes históricas localizadas em acervos de bibliotecas, ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), ao Arquivo Nacional e demais instituições onde haja registros relativos à região citada.

Após a coleta do material historiográfico, está prevista a realização de entrevistas com moradores antigos, reunindo as memórias para captar as particularidades inerentes às mudanças/permanências no cotidiano da região. A pesquisa histórica e a realização de entrevistas visam elencar espaços naturais e culturais valorizados pela população local e subsidiar a escolha daqueles que serão pontos de visita. Segue-se a essa etapa de pesquisa a formatação de circuitos

para visita guiada, incluindo os aspectos relativos à produção de um evento desse porte. O material coletado fornecerá dados para a produção de duas ações extensionistas: exposição itinerante e visita guiada. A exposição itinerante será composta por imagens que mostram a evolução histórica, social e cultural dos territórios, sendo elas apresentadas nos polos de Macaé, Campo Grande e demais polos que tem demonstrado interesse em receber tal registro.

As visitas guiadas são atividades realizadas a pé aos locais de interesse histórico e cultural. O público-alvo são os moradores, que serão conduzidos por discentes envolvidos no projeto e acompanhados pelo professor orientador. Ambas as atividades de extensão carregam em si elementos capazes de suscitar nos pesquisadores novos problemas teóricos e metodológicos, subsidiando novas pesquisas e ensino, complementando, dessa forma, a realimentação do tripé “ensino, pesquisa e extensão”.

Os resultados iniciais do projeto “Visite seu bairro”, no que se refere ao objeto da presente reflexão, têm se mostrado extremamente satisfatórios, pois os discentes, ao buscarem os moradores para entrevistas e demais coleta de dados, refletem sobre a subjetividade atrelada aos valores desta comunidade e repensam seu lugar como estudantes de uma universidade pública, assim como reavaliam a sistematização do conhecimento que estão produzindo a partir do material coletado.

Com base na experiência do projeto “Visite seu bairro”, foi elaborado o projeto “Educação em espaços não formais: diálogos entre Turismo e Educação”. Este, pensado a partir de dados recolhidos para a elaboração de monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Turismo, que alertou-nos para o papel de um curso pioneiro, ao atrelar Turismo a Educação: alunos em fase de conclusão do curso relatam a dificuldade de entendimento da proposta de aliar as ferramentas e/ou os conhecimentos oriundos do arcabouço teórico do Turismo às práticas pedagógicas. Ressaltamos que, em muitos casos, o ponto de convergência entre os dois saberes limita-se ao denominado Turismo Pedagógico; entretanto, este guarda aspecto mercadológico, que foge à essência da prática pedagógica.

A elaboração de uma metodologia que adote as ferramentas do Turismo e cuja construção esteja assentada no tripé “ensino, pesquisa e extensão”, oferecida aos discentes do Curso de Licenciatura em Turismo, a ser aplicada juntamente com métodos tradicionais de ensino as crianças e jovens em fase escolar. Além de apoiar a expansão, a interiorização da educação superior a distância (EAD) e a divulgação científica no Estado do Rio de Janeiro, por meio de projetos apresentados por pesquisadores, acreditamos estar analisando a evolução das práticas de ensino-aprendizagem, quando consideradas a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão.

A proposta do projeto “Educação em espaços não formais: diálogos entre Turismo e Educação” envolve a implantação de uma metodologia, isto é, um conjunto de ações coordenadas, voltada para o estabelecimento de um processo pedagógico, onde os referenciais baseiam-se nos instrumentos oriundos do Turismo, como o deslocamento e a vivência in loco. Tal metodologia, denominada pelos pesquisadores envolvidos de Metodologia dos Circuitos Educativos, é dirigida a crianças em fase escolar e busca-se que o discente do Curso de Licenciatura em Turismo seja o ator responsável por produzir educação em espaços não formais, através de circuitos educativos, auxiliando, assim, professores de distintas disciplinas na mitigação de dificuldades de aprendizagem.

Pretendemos, ainda, além de unir Turismo e Educação, defender e justificar a práxis dos egressos de um Curso de Licenciatura em Turismo, objetivando: a promoção do intercâmbio com as organizações e instituições de pesquisa e ensino nacionais e internacionais, com vistas à interiorização, à difusão e à aplicação dos conhecimentos produzidos; a produção de ações que impulsionem o desenvolvimento científico e tecnológico do turismo; a disponibilização do conhecimento produzido, possibilitando, assim, iniciativas estratégicas de desenvolvimento local; a contribuição para a elaboração de um corpo teórico no campo do turismo; a proposição de estratégias relevantes que reflitam turismo não apenas como atividade econômica, mas como atividade sociocultural, a discussão de formas alternativas de propostas turísticas, como meio de inclusão social. Com isso, esperamos que o projeto “Educação em espaços não formais:

diálogos entre Turismo e Educação”, ainda em fase inicial, dê resultados pedagógicos semelhantes aos já identificados no projeto “Visite seu bairro”. Neste, já vimos, os discentes, ao desenvolverem pesquisa e extensão de forma concomitante, se afastam da visão de que a graduação está voltada somente à produção de mão de obra qualificada e começam a perceber seu próprio compromisso social como protagonistas da construção do conhecimento e do lugar que ocupam na Universidade.

Considerações finais

Os projetos “*Visite seu bairro*” e “*Educação em espaços não formais: diálogos entre Turismo e Educação*” têm sido fontes de análise continuada para a checagem da hipótese que foi o objeto de reflexão desse artigo: a pesquisa e a extensão como instâncias indissociáveis do processo de aprendizagem em qualquer modalidade de construção do conhecimento. Ambos os projetos têm revelado que a indissociabilidade “ensino/pesquisa/extensão” promove o protagonismo do discente, e tal posicionamento faz com que ele perceba que a relação aluno/professor é a de orientação, assim como a identidade vinculada ao pertencimento a uma universidade (entendida aqui especialmente como o espaço no qual o discente exercita a livre capacidade de construção de seu próprio conhecimento e internaliza que tal construção se dá paralelamente à devolução desse conhecimento ao meio social no qual está inserido) é o norte para seu próprio desenvolvimento. Compete a nós, professores e tutores, atrair a participação dos discentes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. DOU 23/12/1996

CASTRO, L et al. A Sindicalização dos Docentes Precarizados pela Política de Ead no Brasil. IN: Caderno de Textos CONAD. ANDES. Aracajú-SE: 2014

CATRAMBY, T. et al. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Turismo. UFRRJ, Seropédica – RJ. 2008

CATRAMBY, T.; MACEDO, A.P. Ensino a distância: desafios e oportunidades na formação de professores. In: Anais Eletrônico do V Encontro Anual da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR. Belo Horizonte, 2008. p. 1-9.

GODOY, K.E. Formação humana no ciberespaço: os sentidos da presença na educação a distância. 2009. 175 f. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/LPP – UERJ). Rio de Janeiro, 2009.

LUNA, S; ANDRADE, D.S. O Papel da Extensão Universitária na Educação Semipresencial através do Projeto “Visite Seu Bairro”. Rio de Janeiro: Revista Itinerarium, v.1, n. 1. p. 25-39, 2013.